

TEXTOS DE CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA DE GOVERNO 2020

Conjuntura

A campanha eleitoral e as eleições se realizarão em meio à pandemia e ao aprofundamento da crise da economia capitalista que assola o Brasil e o mundo. Para nós do PSTU não se trata de usar a pandemia para justificar a crise, por dois fatores muito importantes: primeiro, porque a crise econômica de 2008 não se fechou; segundo porque há uma das mais perversas lógicas do capitalismo, segundo a qual sempre que há uma crise, para garantir seus lucros, os capitalistas não pensam sequer um segundo para aumentar seus níveis de exploração, mesmo ao custo de milhares e milhares de vidas.

O saldo desse cenário, portanto, será perda de direitos, mais desemprego, aumento absurdo da pobreza e da fome. E tudo isso terá um peso ainda maior sobre a maioria da nossa classe, que tem cara de negra, mora nas periferias e foi onde se deu a maior quantidade de óbitos pela Covid-19. Para efeitos de comprovação, basta citar os dados da PNAD Contínua - Pesquisa por amostra de domicílio/ IBGE, que apontam para um crescimento da taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2020, que chegou a 15,4% no RN e 14,4% na Região Metropolitana da Grande Natal (RMN). Dos desalentados, ou seja, aqueles que já nem mais procuram um emprego, os números são de 172 mil no RN e 50 mil na RMN. A esses dados se somam os chamados índices de redução na massa de renda, o que ocorre na medida em que as empresas cortam salários e suspendem contratos, daí estima-se que os trabalhadores do Rio Grande do Norte e da RMN perderiam, ao mês cerca de 34,6% e 37,3% de renda.

Diante desse cenário e do evidente empobrecimento dos municípios, o nosso programa apresenta um conjunto de medidas de emergência para garantir emprego,

renda, salário, moradia e saneamento com o objetivo de acabar com a fome e as desigualdades sociais.

Combater toda opressão racial, de gênero e LGBTfobia.

O capitalismo utiliza as opressões para explorar ainda mais setores da classe trabalhadora. Dessa forma, o racismo, o machismo e a LGBTfobia, além de dividirem a classe, são usados para aumentar ainda mais os lucros do capital. Em meio à pandemia, os negros e negras são, ao mesmo tempo, os mais afetados pelo desemprego e os que tiveram maiores perdas em termos de renda, número de horas trabalhadas e participação no mercado de trabalho. É essa a lógica perversa à qual nos referimos. Isto é assim, porque são esses que estão em atividades econômicas como comércio, construção civil, serviços domésticos e, evidentemente, nos setores informais. Essa é uma realidade que encontramos atualmente no nosso município, onde, infelizmente, aquilo que foi tido como medida de isolamento social afetou muito mais aos pequenos comerciantes e aqueles que vivem dos trabalhos em torno ao comércio informal.

Outro aspecto que temos que discutir é a combinação brutal da opressão e repressão racista que faz com que nós os negros sejamos alvo principal da violência diária, seja pelo crime organizado ou pelas “abordagens” policiais nas periferias, onde as mortes são comuns. De acordo com o Atlas da Violência 2020, publicado em agosto e organizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foram levantados dados que gritam a deplorável realidade e escancara a face mais desumana do capitalismo e a forma como violência social e opressão (racista, machista e LGBTfóbica).

Em uma década, 628.000 brasileiros forma vítimas de homicídio. Somente em 2018 forma foram 57.956 pessoas, destes a enorme maioria (43,8 mil) era negra, e tinha de 15 a 29 anos; uma mulher foi morta a cada duas horas e, mesmo que a invisibilização continue marcando a violência contra lésbicas, gays, bissexuais,

travestis, transgêneros e intersexos (LGBTIs) também há evidências de que ela só tem aumentado (em 19,8% de 2017 para 2018).

Defendemos o combate a toda forma de opressão. Pela aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha, o fim do genocídio da juventude negra, regularização das terras quilombolas e pela criminalização da LGBTfobia. Apesar de serem mais da metade da população economicamente ativa, as mulheres recebem menores salários do que recebem os homens e sofrem violência cada vez maior com o recrudescimento do machismo. Situação agravada agora durante a pandemia, onde cresceram sensivelmente os casos de violência doméstica. Os negros têm um rendimento médio mensal de apenas 54% do rendimento médio dos brancos. É a classe trabalhadora (com cara de pobre, mulher e negra) que padece destes males, exatamente porque na outra ponta desta tesoura social estão os grandes empresários, que vivem na abundância, e têm o controle dos políticos que governam segundo seus interesses. Defendemos salário igual para trabalho igual, a construção de casas abrigos, convênio com Governo Estadual para garantir Delegacias da Mulher abertas 24 horas e no final de semana, a construção de creches para absorver todas as crianças de Ceará-Mirim, iluminação pública, nos bairros populares, construção de Centros de Referência de combate a violência contra a mulher em cada região administrativa da cidade. Pela construção de restaurantes populares e lavanderias públicas. Instituir Feriado Municipal no dia 20 de novembro “Dia da Consciência Negra”. Instituir o estudo da história de Ceará-Mirim com enfoque na formação do seu povo, originário de negros e indígenas.

Meio ambiente

O nosso país tem sido cenário de terríveis desastres ambientais. O que não se trata de mera ação da natureza, mas sim de crimes cometidos pela ganância capitalista, para quem tudo de mais importante é o lucro. Diante das terríveis cenas de destruição das

nossas florestas, do desmatamento é preciso pensar políticas públicas que protejam o meio ambiente, para isso destinando recursos e aprovando leis com essa finalidade. Em nosso município, temos muito por fazer, uma vez que esse é um tema pouco discutido e não deve depender de ações individuais, de ONGs. Cabe aos poderes executivo e legislativo tomarem medidas concretas neste sentido. Para isso propomos:

- Fiscalização e combate à queima de áreas do canavial;
- Fiscalização e combate ao mal funcionamento do aterro sanitário. Sem deixar de registrar a necessidade de envolver a comunidade na discussão das consequências danosas que têm sido provocadas, bem como à destinação dos recursos financeiros (lucros) envolvidos.
- Programa de coleta seletiva do lixo e educação ambiental;
- Identificação e criação de reservas naturais;
- Combate à degradação ambiental;
- Plano de conservação do ambiente costeiro e dos parrachos;
- Construção do pórtico do Parque Boca da Mata, cujas verbas já estão destinadas;
- Programa de preservação das nascentes, fauna e flora.

Contra a mercantilização que está destruindo nossa Cultura

É urgente uma política cultural que invista em equipamentos culturais – como teatros, museus, galerias de arte, centros culturais, etc. – colocando-os integralmente nas mãos do município, que deve financiá-los sem qualquer interferência em suas opções artísticas. As políticas públicas de cultura devem voltar-se centralmente para a constituição de uma perspectiva crítica e ativa dos indivíduos no processo social, político e cultural enquanto protagonistas de transformações políticas, sociais e culturais. Por isso, desenvolveremos políticas culturais que priorizem os trabalhadores e a juventude com o objetivo de torná-los protagonistas de ações culturais no espaço da cidade.

A Cultura deve ser considerada um serviço público, como saúde, educação, transporte, etc. e financiada pelo Estado de forma ampla, com orçamento próprio e compatível. Em Ceará-Mirim, esse tema tem sido confundido como criação de eventos e os artistas, que nós sabemos que são muito, ficam muitas vezes à mercê do clientelismo e politicagem. Nesse sentido, defendemos a sua auto organização, bem como a organização de um conselho que possa atuar independente. Implantaremos a Educação Artística em todas as escolas municipais. Valorização da rede de equipamentos culturais. Ampliação dessas unidades para as regiões periféricas. Controle das verbas e de sua administração por parte da comunidade.

Desenvolver a ocupação e manutenção de espaços públicos tornando-os efetivamente equipamentos culturais para produção, criação, discussão e fruição: praças, bibliotecas, centros esportivos, casas de cultura, escolas, universidades, creches, prédios abandonados e do patrimônio histórico. Para isso, propomos dobrar o orçamento da cultura no município. Defendemos uma política de estímulo às iniciativas já existentes entre a juventude, de maneira particular, as organizadas pela juventude da periferia, como as já existentes batalhas de hip-hop feitas nas praças públicas de nossa cidade. Incentivaremos a organização dos festejos por bairros, que eram tradicionalmente realizados, bem como outras manifestações culturais que foram apagadas devido à falta de estímulo e investimento dos gestores do município.